

fins de paisagismo, no município de Sales Oliveira, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°45'5.860") - Longitude O (47°50'55.200") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20220004756-XH2. Processo DAAE 9316054 - Extrato de Portaria 1866/22.

Fica outorgada, em nome de SÔNIA SIMEIRE CAPELARI, CPF/CNPJ 276.181.548-30, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Platina, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Ribeirão do Veadó - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°37'8.728") - Longitude O (50°10'50.896") - Volume Diário 1.333,08 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20220004835-LXS. Processo DAAE 9410609 - Extrato de Portaria 1876/22.

Fica outorgada, em nome de HUDSON LUIS GOMES, CPF/ CNPJ 167.868.818-58, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de São Pedro, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Passa Dois - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°36'35.400") - Longitude O (47°53'7.100") - Volume Diário: 10,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20210027994-MD0. Processo DAAE 9832582 - Extrato de Portaria 1871/22.

Fica outorgada, em nome de AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CPF/CNPJ 46.344.354/0007-40, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos e superficiais, para fins industrial e sanitário, no município de Valparaíso, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Rio Aguapeí - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°25'44.001") - Longitude O (51°11'10.885") - Volume Diário: 3.624,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Reque- rimento 20210024502-6RX.

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°19'50.739") - Longitude O (50°57'1.234") - Volume Diário: 7.000,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210024502-EQU.

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°19'50.747") - Longitude O (50°57'32.478") - Volume Diário: 109,80 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210024502-G2I.

- Lançamento Superficial - Afluente do Ribeirão do Sapé - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°19'40.978") - Longitude O (50°56'52.558") - Volume Diário: 223,20 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210024502-G4P. Processo DAAE 9403747 - Extrato de Portaria 1877/22.

**Portaria do Superintendente do DAAE de 31/03/2022**  
Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n.52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto n.32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 63.262 de 09/03/18 e da Portaria D.A.E.E. n. 1630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24/06/2020.

O Parágrafo único, constante no artigo 1. da Portaria DAAE n. 5965 de 17/09/2021, publicada no DOE de 22/09/2021, passa a vigorar com a redação abaixo:

“Apresentar novo relatório fotográfico indicando a instalação do tubo medidor de nível, conforme Instrução Técnica DPO n. 10, de 30/05/2017, atualizada em 02/04/2018, no prazo de 12 (doze) meses.”

A Portaria DAAE n. 5965 de 17/09/2021, publicada no DOE de 22/09/2021, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAAE 9412234 - Extrato de Portaria 1960/22.

**Portaria do Superintendente do DAAE de 31/03/2022.**  
Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n. 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto n.32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 63262 de 09/03/18 e da Portaria D.A.E.E. n. 1630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24/06/2020.

Fica excluído o poço, constante no artigo 1. da Portaria DAAE n. 1673, de 29/05/2013, publicado no DOE de 30/05/2013, conforme abaixo relacionado:

- Poço Local-003 DAAE 203-0042 - Aquífero Bauru - Prolon- gamento da Rua Santo Toldo, s/n. - Tociba - Coord. UTM (Km) - N 7.523,60 - E 470,50 - MC 51 - Prazo 10 anos - Vazão 7,00 m3/h - Período 20 h/d - (todos) d/m.

A Portaria DAAE n. 1673, de 29/05/2013, publicado no DOE de 30/05/2013, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAAE 9401022 - Extrato de Portaria 1861/22.

A "Captação Superficial - Córrego do Estreito - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°52'34.490") - Longitude O (47°42'22.050") - Volume Diário: 288,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200020857-752"; Constante no artigo 1. da Portaria DAAE n. 429 de 26/01/2021, publicado no DOE de 29/01/2021, e reti-ratificada pela Portaria DAAE n. 1197, de 03/03/2022, publicado no DOE de 05/03/2022, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAAE 9301123 - Extrato de Portaria 1933/22.

## DIRETORIA DA BACIA DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

**Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 31-03-2022.**

**Declaração de Dispensa de Outorga**

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por JOSINO PEREIRA NETO, CPF/CNPJ 342.378.608-68 e do parecer técnico contido no Pro- cesso DAAE n. 9610306, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Guararema, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°25'53.790") - Longitude O (46°8'15.290") - Volume Diário: 1,97 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220004714-KXG.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte / n. 110 de 30-03-2022.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por JULIANA CRISTINA DE SIQUEIRA CARDOSO, CPF/CNPJ 355.561.358-86 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9610257, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Mogi Das Cruzes, conforme abaixo:

- Captação Superficial - Afluente Quebra Cangalha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°53'59.370") - Longitude O (45°13'59.960") - Vazão Máxima Instantânea 0,50 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 3,50 m³ - Período 7h /dia - Prazo inde- terminado; Solicitado pelo Requerimento 20210011106-EEQ.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte / n. 111 de 30-03-2022.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por JULIANA CRISTINA DE

SIQUEIRA CARDOSO, CPF/CNPJ 355.561.358-86 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9610257, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Mogi Das Cruzes, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°27'53.100") - Longitude O (46°12'31.100") - Volume Diário: 0,60 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220001233-48X.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte / n. 112 de 30-03-2022.

<b>Despacho Do Diretor Da Bacia Do Pardo Grande, De 29/03/2022</b>
<b>Declaração De Dispensa De Outorga</b>
Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n° 1.630 e n° 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por Cerâmica Atlas Ltda, CPF/ CNPJ 72.050.636/0001-59 e do parecer técnico contido no Pro- cesso DAAE n° 9300371, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) ou a(s) interferência(s), com a(s) finalidade(s) urbano - sanitário, localizado(s) na Rua Fausto Rizati, Sn, no município de Tambaú, conforme abaixo:
- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°43'19.780") - Longitude O (47°17'30.280") - Volume Diário: 10,60 m³ - Prazo indetermina- do; Solicitado pelo Requerimento 20220000856-07K.
Extrato DDO Diretoria de Bacia do Pardo Grande / n. 193/2022
Despacho Do Diretor Da Bacia Do Pardo Grande, De 30/03/2022
Declaração De Dispensa De Outorga
Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n° 1.630 e n° 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por Liza Osório de Oliveira Rodrigues, CPF/CNPJ 172.154.698-75 e do parecer técnico con- tido no Processo DAAE n° 9309838, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) ou a(s) interferência(s), com a(s) finalidade(s) de uso doméstico e rural, localizado(s) na Fazenda Menina do Boi, no município de Altinópolis, conforme abaixo:
Lançamento Superficial - Afluente do Córrego da Fortaleza - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°58'36.630") - Longitude O (47°23'21.590") - Vazão Máxima Instantânea 1,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 24,00 m³ - Período 24h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20210032087-QI9.
Captação Superficial - Afluente do Córrego da Fortaleza - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°58'39.610") - Longitude O (47°23'25.060") - Vazão Máxima Instantânea 1,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 24,00 m³ - Período 24h /dia - Prazo inde- terminado; Solicitado pelo Requerimento 20210032096-Y25.
Extrato DDO Diretoria de Bacia do Pardo Grande / n. 194/2022.
Despacho Do Diretor Da Bacia Do Pardo Grande, De 30/03/2022
Declaração De Dispensa De Outorga
Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n° 1.630 e n° 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por Analice Bolico Engler, CPF/ CNPJ 050.058.299-89 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n° 9316059, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) ou a(s) interferência(s), com a(s) finalidade(s) industrial, localizado(s) na Avenida Projetada, 550 - Distrito Industrial II, no município de Aguai, conforme abaixo:
- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°3'41.010") - Longitude O (46°57'30.970") - Volume Diário: 6,50 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220005805-R57.
Extrato DDO Diretoria de Bacia do Pardo Grande / n. 195/2022.
<b>Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Pardo Grande, de 30 / 3 / 2022</b>
Informe de Indeferimento
Referência:
- Interessado: Ontake Veiculos Ltda
- CPF/CNPJ: 24.896.001/0004-77- Localização: Avenida Dos Maçons, 333
- Município: Barretos
- Processo DAAE: 9315819
Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAAE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):
- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°33'41.904") - Longitude O (48°35'15.144") - Volume Diário: 4,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220000412-8P7.
Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Pardo Grande/ n. 127/2022.
<b>DIRETORIA DA BACIA DO RIBEIRA E LITORAL SUL</b>
<b>Despacho da Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguaue e Litoral Sul, de 21/03/2022.</b>
<b>Declaração de Viabilidade de Implantação</b>
Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n°1.630, de 30/05/2017, as declarações e as informações, apresentado por D. de M. Mamede Transportes, CNPJ n° 10.971.999/0001-70, na Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguaue e Litoral Sul, declaramos viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de mineração - processo de mineração, localizada no município de Miracatu, conforme abaixo:
- Lançamento Superficial - Rio do Bananal - Coord. Geográfica(s) Latitude S (24°18'23.746") - Longitude O (47°31'14.912") - Vazão Máxima Instantânea 50,62 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 404,96 m³ - Período 8h /dia - Prazo 24 meses; solicitado pelo Requerimento 20200022274-9N1.
- Captação Superficial - Rio do Bananal - Coord. Geográfica(s) Latitude S (24°18'26.648") - Longitude O (47°31'13.629") - Vazão Máxima Instantânea 56,25 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 450,00 m³ - Período 8h /dia - Prazo 24 meses; solicitado pelo Requerimento 20200022274-CW0.
- Extração de Minério -Rio do Bananal- Coord. Geográfica(s) Latitude S (24°18'0.770") - Longitude O (47°31'21.929") - Prazo 24 meses; solicitado pelo Requerimento 20200022274-JHN. Processo DAAE n°9501526 - Extrato DVI 005/2022.
<b>DIRETORIA DE BACIA DO TURVO GRANDE</b>
<b>Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 31/3/2022</b>
<b>Declaração de Dispensa de Outorga</b>
Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por MINERAIS ROMA LTDA, CPF/CNPJ 05.059.850/0001-89 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9603891, declaramos dispensado(s) de outor- ga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Aparecida, conforme abaixo:
- Captação Superficial - Afluente Quebra Cangalha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°53'59.370") - Longitude O (45°13'59.960") - Vazão Máxima Instantânea 0,50 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 3,50 m³ - Período 7h /dia - Prazo inde- terminado; Solicitado pelo Requerimento 20210011106-EEQ.
Extrato DDO Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte / n. 111 de 30-03-2022.
Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por JULIANA CRISTINA DE

constantes do requerimento, apresentado por Onda Verde Agrocomercial S/A, CPF/CNPJ 04.248.044/0002-77 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9210125, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Nova Granada, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - Afluente do Córrego Pitan- gueiras - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°27'42.410") - Longitude O (49°15'36.590") - Prazo indeterminado; Solici- tado pelo Requerimento 20220007766-0FK. - Reservatório de Acumulação - Córrego Frausino - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°27'40.190") - Longitude O (49°16'43.160") - Prazo inde- terminado; Solicitado pelo Requerimento 20220007766-QEY.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 098/2022  
Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 31/3/2022  
Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constan- tes do requerimento, apresentado por Rosalinda Aparecida Luchesi, CPF/CNPJ 589.975.128-20 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9210025, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no muni- cípio de Populina, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - SNA1 Afluente da MD do Córrego do Perdido - Coord. Geográfica(s) Latitude S (19°55'4.340") - Longitude O (50°31'58.880") - Prazo inde- terminado; Solicitado pelo Requerimento 20210035040-4GE.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 097/2022

## COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Arquivamento IE 011/2022**

A CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SP - torna público que a solicitação de Licença Ambiental de Instalação do processo abaixo relacionado foi arquivada, con- siderando o teor do Despacho no processo digital à pag. 0621, de 25/03/2022:

Processo: 13.784/2000 (063517/2019-97)  
Interessado: Aeroporto Brasil Viracopos S.A. "Em Recupe- ração Judicial"

Empreendimento: AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNA- CIONAL DE VIRACOPOS - TERMINAL DE CARGAS - AZUL CARGO Município(s): CAMPINAS/SP

**Arquivamento IE 012/2022**

A CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SP - torna público que a solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação do processo abaixo relacionado foi arquivada, considerando o teor do Ofício nº 055/21/I, de 09/03/2022:

Processo: 153/2019 (072939/2018-43)

Interessado: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAAE

Empreendimento: RESERVATÓRIOS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS EU-08 e EU-09 DO PLANO DE CONTROLE DE INUNDA- ÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA/SP

Município(s): FRANCO DA ROCHA/SP

**A CETESB, para dar cumprimento a Resolução CONA- MA nº 06, de 24 de janeiro de 1986, e à Resolução nº SMA 09, de 03 de fevereiro de 2017, faz publicar as licenças concedidas, posição em 30/03/2022, no âmbito da Direto- ria de Avaliação de Impacto Ambiental:**

Processo nº 115/2018 (104235/2021-30)

A CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que concedeu, para ELEKTRO REDES S.A., a Licen- ça Ambiental de Operação nº 2661, de 28/03/2022, para LINHA DE TRANSMISSÃO – LT 138 KV REGISTRO – PARIQUERA-AÇU (TRECHO 2), localizada no município de PARIQUERA-AÇU/SP, com validade de 10 (DEZ) anos, a contar da data de sua emissão.

Processo nº 218/2021 (070245/2021-89)

A CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que concedeu, para GÁS BRASILIANO DISTRIBUI- DORA S.A., a Licença Ambiental Prévia nº 2831, de 28/03/2022, para REDE PRIMÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL CANALIZADO – PROJETO ORLÂNDIA, localizada no município de JARDINÓPLIS/SP, ORLÂNDIA/SP, RIBEIRÃO PRETO/SP, SALES OLIVEIRA/SP e SERTÃOZINHO/SP, com validade de 5 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

Processo nº 98/2011 (120113/2021-57)

A CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que concedeu, para CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A., a Licença Ambiental de Operação nº 2662, de 25/03/2022, para DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOS TAMOIOS (SP-099) – TRECHO SERRA – DO KM 60+480 AO KM 82+000, localiza- das nos municípios de PARAIBUNA/SP e CARAGUATA- TUBA/SP, com validade de 10 (DEZ) anos, a contar da data de sua emissão.

**A CETESB, para dar cumprimento a Resolução CONA- MA nº 06, de 24 de janeiro de 1986, e à Resolução nº SMA 09, de 03 de fevereiro de 2017, faz publicar as licenças concedidas, posição em 31/03/2022, no âmbito da Direto- ria de Avaliação de Impacto Ambiental:**

Processo nº 98/2011 (120113/2021-57)

A CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que concedeu, para CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A., a Licença Ambiental de Operação nº 2662, de 25/03/2022, para DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOS TAMOIOS (SP-099) – TRECHO SERRA – DO KM 60+480 AO KM 82+000, localiza- das nos municípios de PARAIBUNA/SP e CARAGUATA- TUBA/SP, com validade de 10 (DEZ) anos, a contar da data de sua emissão.

## Procuradoria Geral do Estado

## GABINETE DO PROCURADOR GERAL

**PORTARIA SUBG-CONT nº 3, de 30 de março de 2022**

Altera a Portaria SubG-CONT 12/2019, que regulamenta a participação das Procuradorias Regionais nos Núcleos espe- cializados

O Subprocurador Geral do Contencioso Geral, Considerando a necessidade de adotar medidas que visem ao aperfeiçoamento e à uniformização da atuação das unidades do Contencioso Geral, na forma do artigo 20, IV e VII, da Lei Complementar Estadual 1.270/2015,

Considerando a necessidade de atualizar as disposições previstas na Portaria SubG-CONT 12/2019, tendo em vista a criação de novos Núcleos.

Decide:

Artigo 1º - O artigo 1º da Portaria SubG-CONT nº 12, de 3-10-2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Os Procuradores do Estado classificados em Procuradorias Regionais que atuam no Contencioso Geral serão designados para atuação desterritorializada em Núcleos vinculados à Procuradoria Judicial, à Procuradoria Regional de Campinas ou à Subprocuradoria Geral do Estado.(NR)

Parágrafo Único: O quantitativo de vagas por Núcleo em cada Procuradoria Regional será definido e atualizado pela Subprocuradoria Geral do Estado."

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**PORTARIA SUBG-CONT nº 4, de 30 de março de 2022**  
Institui o Núcleo Residual - Interior (NR-In) e fixa critérios para a distribuição das demandas administradas pelos órgãos de execução.

O Subprocurador Geral do Contencioso Geral, Considerando a necessidade de adotar medidas que visem ao aperfeiçoamento e à uniformização da atuação das unidades

do Contencioso Geral, na forma do artigo 20, IV e VII, da Lei Complementar Estadual 1.270/2015,

Considerando a necessidade de atuar de forma especializa- da nas ações de saúde pública,

Considerando o disposto na Portaria SUBG-CONT nº 05, de 03 de setembro de 2018,

Decide:

Artigo 1º- Fica instituído o Núcleo Residual – Interior (NR-In), vinculado à Procuradoria Regional de Campinas, com- petindo-lhe, nos termos desta Portaria, acompanhar demandas judiciais de atribuição das unidades regionais que não versem sobre direito de pessoal.

Parágrafo único - Não se incluem entre as competências do núcleo de que trata o caput deste artigo

I- o acompanhamento de processos cuja atuação esteja abrangida na competência de núcleos temáticos ou estratégicos já existentes ou que venham a ser criados por ato da Subprocu- radoria Geral do Contencioso

II - as ações judiciais que tramitem em comarcas abrangida pela circunscrição territorial da Procuradoria Regional da Grande São Paulo.

Artigo 2º- Compete às Procuradorias Regionais no âmbito de sua abrangência territorial receber, processar, cadastrar e gerar pendência, encaminhando ao núcleo as citações e inti- mações de processos físicos e eletrônicos recebidos a qualquer título e forma, a partir de 04 de abril de 2022.

§1º - As providências previstas no caput deste artigo deve- rão ser realizadas em até cinco dias, ou imediatamente, sempre que se tratar de providência urgente.

§2º - Cabe exclusivamente ao Procurador do Estado respon- sável pelo acompanhamento do processo confirmar a leitura de intimação no sistema do Poder Judiciário.

Artigo 3º- Ressalvados os casos de acompanhamento especial referidos nas Rotinas do Contencioso Geral, compete à Coordenação do Núcleo a decisão sobre a dispensa de recursos interpostos em demandas acompanhadas pelo núcleo.

Artigo 4º- Os Procuradores do Estado classificados nas Procuradorias Regionais que atuarão no Núcleo ficam sujeitos ao seguinte regime:

I - vinculam-se tecnicamente ao núcleo especializado que integram, quanto às ações judiciais de competência deste;

II - participam apenas das substituições de férias do Núcleo em que atuam.

Artigo 5º - O acervo de processos judiciais que se enquadra na hipótese prevista no artigo 1º desta Portaria será redistribuí- do para o núcleo e serão observadas as seguintes diretrizes:

I - sem prejuízo de futuras redistribuições e especializações, a composição inicial das bancas no núcleo deverá ser feita pre- ferencialmente com processos judiciais já acompanhados pelos próprios integrantes ou de outros Procuradores da Procuradoria Regional em que estão classificados;

II - a redistribuição de processos judiciais não abrange a transferência imediata de providência judicial com prazo judicial em curso, a qual deverá ser concluída pelo Procurador do Estado responsável;

Artigo 6º - Os integrantes do núcleo poderão solicitar apoio para a realização de diligências presenciais em processos que tramitam em comarcas sediadas fora da circunscrição da unida- de na qual estão classificados.

§1º - As audiências e demais diligências que demandarem efetivo deslocamento de Procurador do Estado deverão ser realizadas, sempre que possível, por Procurador do Núcleo que esteja classificado ou autorizado a residir em Procuradoria Regional ou Seccional cuja circunscrição territorial abranja o local de realização do ato.

§2º - Caso o local de realização da audiência ou diligência presencial não seja abrangido pela circunscrição territorial de nenhuma Procuradoria Regional ou Seccional que possua integrantes designados para atuação no Núcleo, deverá ser soli- citado apoio à Unidade territorialmente competente, nos termos das Rotinas do Contencioso Geral.



em curso, a qual deverá ser concluída pelo Procurador do Estado responsável;

Artigo 6º - Os integrantes do núcleo poderão solicitar apoio para a realização de diligências presenciais em processos que tramitam em comarcas sediadas fora da circunscrição da unidade na qual estão classificados.

§1º - As audiências e demais diligências que demandarem efetivo deslocamento de Procurador do Estado deverão ser realizadas, sempre que possível, por Procurador do Núcleo que esteja classificado ou autorizado a residir em Procuradoria Regional ou Seccional cuja circunscrição territorial abranja o local de realização do ato.

§2º - Caso o local de realização da audiência ou diligência presencial não seja abrangido pela circunscrição territorial de nenhuma Procuradoria Regional ou Seccional que possua integrantes designados para atuação no Núcleo, deverá ser solicitado apoio à Unidade territorialmente competente, nos termos das Rotinas do Contencioso Geral.

§3º - Os atos cuja prática se dê de forma remota serão realizadas pelos Procuradores do Estado integrantes do Núcleo.

Artigo 7º- Aplicam-se ao núcleo as normas estabelecidas na Portaria SUBG-CONT nº 05, de 03 de setembro de 2018.

Artigo 8º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**PORTARIA SUBG-CONT nº 6, de 30 de março de 2022**  
Institui o Núcleo Trabalhista TRT-2 e fixa critérios para a absorção das demandas administradas pelos órgãos de execução.

O Subprocurador Geral do Contencioso Geral, Considerando a necessidade de adotar medidas que visem ao aperfeiçoamento e à uniformização da atuação das unidades do Contencioso Geral, na forma do artigo 20, IV e VII, da Lei Complementar Estadual 1.270/2015,

Considerando a necessidade de uniformar a atuação perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, atualmente exercida por Procuradores classificados na Procuradoria Judicial e nas Procuradorias Regionais da Grande São Paulo e de Santos.

Considerando o disposto na Portaria SUBG-CONT nº 05, de 03 de setembro de 2018,

Decide:

Artigo 1º- Fica instituído o Núcleo Trabalhista TRT-2, vinculado à Procuradoria Judicial, competindo-lhe, nos termos desta Portaria, acompanhar demandas judiciais de competência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

§1º - Não se inserem na competência do núcleo

I - as ações que tenham por objeto controvérsia jurídica atinente à atribuição de responsabilidade subsidiária ao Estado de São Paulo em virtude da celebração de contratos de prestação de serviços.

II - as ações de competência do Núcleo Trabalhista TRT-15.

§2º - O Núcleo será composto

I -pelos Procuradores do Estado classificados na Procuradoria Judicial e na Procuradoria Regional da Grande São Paulo que tenham sido designados para atuar na 7ª Subprocuradoria Judicial.

II - Procuradores do Estado classificados na Procuradoria Regional de Santos, em quantidade definida pela Subprocuradoria Geral do Estado.

§3º - A competência para acompanhamento de ações judiciais em curso na Justiça do Trabalho de outros Tribunais Regionais do Trabalho será definida pela local da sede da entidade representada pela Procuradoria Geral do Estado.

Artigo 2º- Compete ao núcleo processar os mandados de citação ou intimação de processos exclusivamente eletrônicos recebidos na Procuradoria Judicial e nas Procuradorias Regionais a partir de 04 de abril de 2022.

Parágrafo único - Os mandados de citação e de intimação encaminhados pelo Poder Judiciário às Procuradorias Regionais serão redistribuídos após regular cadastro e digitalização de peças ou documentos no sistema eletrônico de acompanhamento de processos da Procuradoria Geral do Estado, no prazo máximo de 5 dias, devendo o recebimento eletrônico da comunicação ser realizado pelo núcleo.

Artigo 3º- Ressalvados os casos de acompanhamento especial referidos nas Rotinas do Contencioso Geral, compete à chefia do Núcleo Trabalhista TRT-2 a decisão sobre a dispensa de recursos interpostos em demandas acompanhadas pelo núcleo.

Artigo 4º - Os Procuradores do Estado classificados nas Procuradorias Regionais que atuem no núcleo ficam sujeitos ao seguinte regime:

I - vinculam-se tecnicamente ao núcleo especializado que integram, quanto às ações judiciais de competência deste;

II - participam apenas das substituições de férias do núcleo em que atuam;

III - comparecem em audiências e atendimentos relacionados com os processos do núcleo.

Artigo 5º - O acervo de processos judiciais que se enquadra na hipótese prevista no artigo 1º desta Portaria será redistribuído para o núcleo e serão observadas as seguintes diretrizes:

I - a composição inicial das bancas no núcleo deverá ser feita preferencialmente com processos judiciais já acompanhados pelos integrantes do Núcleo ou pela Procuradoria Regional em que estão classificados;

II - a redistribuição de processos judiciais não abrange a transferência imediata de providência judicial com prazo judicial em curso, a qual deverá ser concluída pelo Procurador do Estado responsável;

Artigo 6º - Os integrantes do núcleo poderão solicitar apoio para a realização de diligências presenciais em processos que tramitam em comarcas sediadas fora da circunscrição da unidade na qual estão classificados.

§1º - As audiências e demais diligências que demandarem efetivo deslocamento de Procurador do Estado deverão ser realizadas, sempre que possível, por Procurador do Núcleo que esteja classificado ou autorizado a residir em Procuradoria Regional ou Seccional cuja circunscrição territorial abranja o local de realização do ato.

§2º - Caso o local de realização da audiência ou diligência presencial não seja abrangido pela circunscrição territorial de nenhuma Procuradoria Regional ou Seccional que possua integrantes designados para atuação no Núcleo, deverá ser solicitado apoio à Unidade territorialmente competente, nos termos das Rotinas do Contencioso Geral.

§3º - Os atos cuja prática se dê de forma virtual serão realizadas pelos Procuradores do Estado integrantes do Núcleo.

Artigo 7º- Aplicam-se ao Núcleo as normas estabelecidas na Portaria SUBG-CONT nº 05, de 03 de setembro de 2018.

Artigo 8º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**PORTARIA SUBG-CONT nº 7, de 30 de março de 2022**  
Amplia as atribuições do Núcleo de Propositura de Ações (NPA) e do Grupo Especial de Atuação do Contencioso Geral (GEAC) e fixa critérios para distribuição e acompanhamento de expedientes para análise de propositura de medida judicial.

O Subprocurador Geral do Contencioso Geral, Considerando a necessidade de adotar medidas que visem ao aperfeiçoamento e à uniformização da atuação das unidades do Contencioso Geral, na forma do artigo 20, IV e VII, da Lei Complementar Estadual 1.270/2015;

Considerando a necessidade de fixar critérios para distribuição de trabalho entre os Procuradores do Estado classificados no Contencioso Geral que atuam com o ajuizamento de ações, visando à especialização profissional e à otimização dos recursos humanos disponíveis;

Considerando o disposto na Portaria Sub-Cont nº 32, de 22 de agosto de 2018; Portaria Sub-Cont nº 1, de 18 de janeiro de 2019; Portaria Sub-Cont de 20 de novembro de 2019 e Resolução PGE nº 08, de 15 de fevereiro de 2022.

Decide:

Artigo 1º - A análise acerca da viabilidade de propositura de medidas judiciais nas comarcas afetas às Procuradorias Regionais será realizada, após o marco temporal fixado no art. 4º, pelo Núcleo de Propositura de Ações (NPA) e pelo Grupo Especial de Atuação do Contencioso Geral (GEAC), ficando a cargo das Procuradorias Regionais os procedimentos indicados nos artigos 2º e 3º.

Parágrafo único: O presente artigo não se aplica a:

I - expedientes de qualquer natureza cujo objeto principal, incidente ou acessório, verse sobre direitos reais ou possessórios, patrimônio imobiliário, proteção do meio ambiente e águas de domínio do Estado;

II - procedimentos em espécie previstos na seção IV do Capítulo IV das Rotinas do Contencioso Geral, bem como demais medidas judiciais cuja análise de propositura tenha regulamentação própria com atribuição diversa da presente Portaria.

Artigo 2º - Fica mantida a atribuição das Procuradorias Regionais para:

I - análise das hipóteses de dispensa de ajuizamento de ação judicial em razão do valor envolvido, prevista no artigo 117 das Rotinas do Contencioso Geral¹, e providências decorrentes, incluindo-se arquivamento;

II - cobrança administrativa se o crédito atualizado não ultrapassar 1.200 (mil e duzentas) UFESPs, nos termos do artigo 118 das Rotinas do Contencioso Geral, e respectivo acordo extrajudicial e controle de pagamento decorrente;

III - acompanhamento de cobranças administrativas e acordos extrajudiciais realizados em expedientes recebidos antes do marco temporal previsto no art. 4º, assim como eventuais medidas administrativas ou judiciais decorrentes;

IV - cadastramento, no sistema eletrônico de acompanhamento de processos da Procuradoria Geral do Estado, do expediente administrativo para análise de propositura de medida judicial, bem como respectiva digitalização integral de documentos.

Artigo 3º - Ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 2º, incisos I e II, os expedientes para análise de propositura de medida judicial, recebidos após o marco temporal previsto no art. 4º, devem ser encaminhados ao NPA ou, tratando-se de matéria afeta à Lei de Improbidade ou Lei Anticorrupção, ao GEAC, cabendo à Procuradoria Regional:

I - redistribuição da Pasta digital do sistema eletrônico de acompanhamento de processos da Procuradoria Geral do Estado, na qual deve constar cópia integral do expediente administrativo;

II - redistribuição de expediente autuado no ambientedigital de gestão documental (SP Sem Papel), se houver;

III - devolução de expediente administrativo físico à origem, se houver, indicando-se que foi realizada remessa digital ao núcleo especializado para análise de propositura de medida judicial.

Parágrafo único - Na hipótese de não cumprimento dos requisitos estabelecidos, haverá devolução à Procuradoria Regional para adoção de providências.

Artigo 4º - A ampliação de atribuição do NPA e do GEAC, prevista no art. 1º, abrangerá apenas expedientes administrativos recebidos para análise de propositura de medida judicial a partir de 04/04/2022.

Parágrafo único - Expedientes que deram entrada em data anterior à fixada no caput, bem como que foram objeto de representação ou pedido de informações pelas Procuradorias Regionais, permanecem a cargo destas unidades.

Artigo 5º - Após a propositura de demanda pelo NPA, este cadastrará a medida judicial no sistema eletrônico de acompanhamento de processos da Procuradoria Geral do Estado e realizará redistribuição para acompanhamento pelo setor competente, observando-se a atribuição em razão da matéria.

Parágrafo único - As ações propostas pelo GEAC serão por este acompanhadas.

Artigo 6º - Conflitos de atribuição e eventuais dúvidas serão sanados pela Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral.

Artigo 7º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

¹ Art. 117: Fica dispensado o ajuizamento de ação judicial e autorizada a desistência de ação proposta se o crédito atualizado não ultrapassar 1.200 (mil e duzentas) UFESPs. (...)

§ 2º. A dispensa de ajuizamento e a desistência de ação em razão do valor envolvido não se aplicam a crédito decorrente de ato infracional, apurado em processo administrativo disciplinar ou correlato, no qual se concluiu pela ocorrência, em tese, de crime contra a Administração Pública, ato de improbidade administrativa ou ato lesivo previsto na Lei Anticorrupção.

## DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

### EXTRATO

Despacho da Diretora do Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares de 31/03/2022

PROCESSO PGE-PRC-2022/01036

Assunto: Dispensa de Licitação 08/2022

Com fundamento no inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, declaro dispensada a licitação e autorizo a contratação direta da empresa JUNINHO LOGÍSTICA DE TRANSPORTES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.260.884/0001-77, para prestação de serviços de mudança comercial, visando o transporte de mobiliários e do acervo (processos), pertencentes ao patrimônio da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário - PCAI, pelo valor total de R\$ 16.330,00 (dezesseis mil, trezentos e trinta reais), conforme Termo de Referência aprovado e proposta comercial constantes do processo administrativo -PGE-PRC-2022/01036, aos quais estará vinculada a contratada, submetendo-se, outrossim, ao disposto na Resolução GPG nº 18, de 27/03/1992. A contratação será formalizada mediante nota de empenho aplicando-se o Decreto estadual nº 53.455, de 19/09/2008, de sorte que eventual inscrição no CADIN inviabilizará o pagamento, dando causa à sua retenção.

## CENTRO DE ESTÁGIOS

**Portaria da Procuradora do Estado Chefe de Gabinete e Coordenadora do Centro de Estágios, de 31-03-2022.**

Cancelando a partir de 31-03-2022, a credencial do Aluno-Residente ITALO ROBERTO LEMOS SOARES, RG. 53.113.349-7, com fundamento no Artigo 23, inciso I da Resolução PGE nº 23, de 29 de julho de 2021.

## PROCURADORIAS REGIONAIS

### PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

**Despacho do Procurador do Estado Chefe, de 31-03-2022**

Processo: PGE-PRC-2022/00054

Interessado: Procuradoria Regional de Sorocaba

Assunto: Aquisição de Materiais de Consumo

Dispensa de Licitação 400113000012022OC00002

Com fundamento na competência a mim delegada pela Resolução PGE 83, de 19-10-1994, e para os efeitos do disposto no inciso VI, do artigo 43, da Lei Federal 8.666/93, com alterações posteriores, combinado com o inciso 40 da Lei Estadual 6.544/89 e alterações, homologo o resultado da Dispensa de Licitação - BEC nº - DL 400113000012022OC00002 e adjudico seu objeto às empresas: SANDALO EQUIP. E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA (CNPJ 30.379.727/0001-92) item 03; MUCCIO & MUCCIO LTDA (CNPJ 74.545.732/0001-01) itens 05 e 06; BIOMIXX DIST. DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA (CNPJ 35.701.567/0001-70) item 07; MARIA BERNADETE DE CAMPOS (CNPJ 34.464.135/0001-20) item 08; Fracassado itens 01 e 02; Deserto item 04.

**Despacho do Procurador do Estado Chefe, de 31-03-2022**

Processo: PGE-PRC-2022/00054

Interessado: Procuradoria Regional de Sorocaba

Assunto: Aquisição de Materiais de Consumo

Dispensa de Licitação 400113000012022OC00009

Com fundamento na competência a mim delegada pela Resolução PGE 83, de 19-10-1994, e para os efeitos do disposto no inciso VI, do artigo 43, da Lei Federal 8.666/93, com alterações posteriores, combinado com o inciso 40 da Lei Estadual 6.544/89 e alterações, homologo o resultado da Dispensa de Licitação - BEC nº - DL 400113000012022OC00009 e adjudico seu objeto às empresas: SÃO JERÔNIMO DISTR. DE ALIMENTOS EIRELI ME (CNPJ 18.702.840/0001-61) item 01; Deserto itens 02 e 03.

### PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU

#### COMUNICADO

Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2022, às 14:30 horas, foi procedido ao sorteio para escolha da Comissão de Processo Seletivo de Estagiário da Procuradoria Regional de Bauru, considerando o número de inscritos ter superado o número de vagas, nos termos do Comunicado de abertura publicado no D.O.E. de 15.03.2022. Pelo Procurador do Estado Respondendo pelo Expediente, foi aberta a sessão de sorteio, presidida pelo mesmo, com a presença da servidora do Expediente de Gabinete, Cristina Fernandes Rueda e do Chefe da Seção de Material e Patrimônio, Rafael de Brito Avelino. Realizado o sorteio pelo Procurador Chefe, por meio de escolha aleatória de papeletas brancas e idênticas previamente embaralhadas, foram os nomes a seguir sorteados na ordem ao final transcrita. Havendo 04 vagas, os Procuradores do Estado remanescentes no sorteio serão chamados como suplentes, havendo impossibilidade ou impedimento dos primeiros colocados.

1. Carolina Quaggio Vieira
- 2.Bruna Tapié Gabrielli
- 3.Marcelo Felipe da Costa
- 4.Washington Luiz Janis Júnior
- 5.Fernanda Augusta Fernandes Carrenho
- 6.lago Oliveira Ferreira
- 7.Victor Fava Arruda
- 8.Camila Rocha Cunha Viana
9. Artur Barbosa da Silveira

Fica nomeado Presidente da Banca a Dra. Carolina Quaggio Vieira.

Após o sorteio, pelo Procurador do Estado Chefe foi determinado a publicação da lista no D.O.E. para ciência aos interessados. Encerrada a sessão, lavro a presente ata, redigida e assinada por mim, e pelos servidores participantes do ato.

## Turismo e Viagens

## DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

**Termo de Rescisão reconhecimento e parcelamento de débito**

Termo de Rescisão, reconhecimento e parcelamento de Débito - Processo Nº.083/2015 – Convênio Nº 008/2015 – Parecer Jurídico C/ST nº 16/2022 - Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Santos - CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Convênio nº 008/2015 celebrado em 07/07/2015 que teve por objeto revitalização de vias do bairro da Encruzilhada e entorno da Praça Engenharia Rebouças com implantação de ciclovia, rescisão esta que se dá com fundamento na cláusula sétima do ajuste, por descumprimento das obrigações estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso II da cláusula terceira - CLÁUSULA SEGUNDA - O MUNICÍPIO reconhece o débito decorrente do descumprimento do Convênio nº 008/2015 na importância de R\$ 642.588,87 (seiscentos e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos) acrescidos da remuneração da caderneta de poupança perfazendo o valor total para parcelamento de R\$ 675.306,57 (seiscentos e setenta e cinco mil trezentos e seis reais e cinquenta e sete centavos), conforme demonstrativo de cálculos dos autos do Processo nº ST 083/2015, obrigando-se a restituir referida quantia ao Tesouro Estadual na forma que segue abaixo - CLÁUSULA TERCEIRA: O ressarcimento da quantia referida na cláusula anterior será feito em 36 parcelas mensais, no valor de R\$ 18.758,52 (dezoito mil setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) cada uma, reajustáveis anualmente, pela variação do IGPM – FGV, ou outro índice que, em substituição, venha a ser adotado pelo Estado para a correção dos débitos - § 1º- O Recolhimento será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, através de DARE- Cod. 890-4, mediante depósito no Banco do Brasil S.A. para conta do Tesouro do Estado, especificando o número da parcela que está sendo recolhida, bem como o número total de parcelas do presente (a primeira, portanto como 1/36 e assim sucessivamente) - § 2º- O MUNICÍPIO encaminhará o respectivo comprovante do recolhimento de cada parcela no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o pagamento, ao Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS, situado à Praça Ramos de Azevedo, 254 – 5ª andar, República, São Paulo – Capital - § 3º- As parcelas recolhidas com impuntualidade serão acrescidas de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês - CLÁUSULA QUARTA O descumprimento do presente termo de parcelamento ensejará o vencimento antecipado da dívida - CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

### GABINETE DO VICE-REITOR

## COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

**Departamento de Finanças**

**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**

**Comunicado**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CNPJ 63.025.530/0001-04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
			Exercício 2021		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	FONTE DE RECURSOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>851.432.276,00</b>	<b>851.432.276,00</b>	<b>830.036.892,96</b>	<b>(21.395.383,04)</b>
Receita Patrimonial	4	43.199.256,00	43.199.256,00	148.023.640,72	104.824.384,72
Receita Patrimonial	5	394.982,00	394.982,00	532.525,15	137.543,15
Receita de Serviços	4	141.345.066,00	141.345.066,00	219.984.282,96	78.639.216,96
Transferências Correntes	4	4.200.000,00	4.200.000,00	3.740.568,70	(459.431,30)
Transferências Correntes	5	8.500.196,00	8.500.196,00	3.557.102,94	(4.943.093,06)
Transferências Correntes	81	0,00	0,00	24.833,00	24.833,00
Outras Receitas Correntes	4	32.917.522,00	32.917.522,00	35.660.610,49	2.743.088,49
Outros Serviços de Saúde	81	620.875.254,00	620.875.254,00	418.513.329,00	(202.361.925,00)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>15.672.028,00</b>	<b>15.672.028,00</b>	<b>8.055.447,55</b>	<b>(7.616.580,45)</b>
Alienação de Bens	4	51.706,00	51.706,00	879.184,55	827.478,55
Transferências de Capital	4	10,00	10,00	2.450,00	2.440,00
Transferências de Capital	5	3.000.150,00	3.000.150,00	0,00	(3.000.150,00)
Outras Receitas de Capital	4	2.620.152,00	2.620.152,00	0,00	(2.620.152,00)
Outras Receitas de Capital	81	10.000.010,00	10.000.010,00	7.173.813,00	(2.826.197,00)
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>867.104.304,00</b>	<b>867.104.304,00</b>	<b>838.092.340,51</b>	<b>(29.011.963,49)</b>
<b>DÉFICIT</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.817.096.304,70</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>867.104.304,00</b>	<b>867.104.304,00</b>	<b>6.655.188.645,21</b>	<b>5.788.084.341,21</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					
Superávit Financeiro	44		6.500.000,00	6.373.322,18	
Superávit Financeiro	45		20.319.055,00	7.291.214,82	
			<b>26.819.055,00</b>	<b>13.664.537,00</b>	

para dirimir as dúvidas oriundas do presente acordo e na eventual cobrança judicial do débito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Data da assinatura do termo de rescisão reconhecimento e parcelamento de débito: 31/03/2022.

## Universidade de São Paulo

### REITORIA

### GABINETE DO REITOR

**PORTARIA GR 7700, DE 31-03-2022.**

Dispõe sobre a redistribuição de emprego público.

O Reitor da Universidade de São Paulo, nos termos do artigo 42, I, do Estatuto, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º – O emprego público 1168584, Técnico 1 A, criado pela Lei Complementar 1074/2008 e redistribuído pela Portaria GR 6282/2013, fica redistribuído do Instituto de Energia e Ambiente para o Museu de Arqueologia e Etnologia.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/01/2020 (Proc. USP 11.1.1726.5.9).

PORTARIA GR 7701, DE 31-03-2022.

Dispõe sobre a redistribuição de emprego público.

O Reitor da Universidade de São Paulo, nos termos do artigo 42, I, do Estatuto, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º – O emprego público 1173715, Técnico 1 A, criado pela Lei Complementar 1074/2008 e redistribuído pela Portaria GR 7004/2017, fica redistribuído do Instituto de Biociências para a Escola de Comunicações e Artes.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/01/2020 (Proc. USP 13.1.353.49.8).

PORTARIA GR 7702, DE 31-03-2022.

Dispõe sobre a redistribuição de emprego público.

O Reitor da Universidade de São Paulo, nos termos do artigo 42, I, do Estatuto, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º – O emprego público 1162640, Técnico 1 A, criado pela Lei Complementar 1074/2008 e distribuído pela Portaria GR 4532/2009, fica redistribuído do Instituto de Geociências para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/02/2020 (Proc. USP 10.1.501.44.3).

PORTARIA GR 7703, DE 31-03-2022.

Dispõe sobre a redistribuição de emprego público.

O Reitor da Universidade de São Paulo, nos termos do artigo 42, I, do Estatuto, baixa a seguinte